



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 21.406

CONSULTA Nº 877 - CLASSE 5ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília)

Relator: Ministro Francisco Peçanha Martins.

Consulente: Mário Heringer, deputado federal

CONSULTA. ELEGIBILIDADE DE PARENTE DE PREFEITO ELEITO PARA O PRIMEIRO MANDATO.

- Na linha da atual jurisprudência desta Corte, no território de jurisdição do titular, são elegíveis o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, desde que o titular não esteja no exercício do mandato conquistado em face de sua reeleição e se desincompatibiliza seis meses antes do pleito.

Vistos, etc.,

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, responder afirmativamente à consulta, nos termos do voto do relator, que fica fazendo parte integrante desta decisão.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 10 de junho de 2003.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, presidente

Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, relator

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Sr. Presidente, Mário Heringer, deputado federal, formula consulta com o seguinte teor:

"A e B, irmão, por partidos distintos, foram candidatos a prefeito no município X nas eleições municipais de 2000. A foi eleito. B é inelegível para qualquer cargo, se não houver, por qualquer motivo, o afastamento ou licença do irmão, atual prefeito, nos seis meses que antecedem o pleito?"

A Assessoria Especial da Presidência – AESP manifesta-se às fls.

5-8:

"(...) vimos sugerir à consulta se dê resposta positiva, visto que B (irmão de A, prefeito eleito) torna-se inelegível para qualquer cargo – na mesma circunscrição – caso não haja a desincompatibilização do irmão A, prefeito municipal, seis meses antes do pleito".

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS (relator):
Sr. Presidente, a competência do Tribunal Superior Eleitoral, previsto no art. 23, XII, do Código Eleitoral, é para responder à consulta sobre a matéria eleitoral, formulada em tese, por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional de partido político.

No caso, preenchidos os requisitos, passo à análise da matéria.

Na linha da atual jurisprudência desta Corte, no território de jurisdição do titular, são elegíveis o cônjuge e os parentes consanguíneas ou afins , até o segundo grau ou por adoção, desde que o titular não esteja no exercício de mandato conquistado em face da sua reeleição e se desincompatibilize seis meses antes do pleito. Cito, entre outros, os seguintes precedentes desta Corte: Res./TSE nº 21.354-DF, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, DJ 11.4.2003; Res./TSE nº 21.322-DF, rel. Min. Sálvio de Figueredo, DJ 20.2.2003; RO nº 592-MA, rel. Ministro Barros Monteiro, sessão 25.9.2002; Res./TSE nº 21.099-DF, rel. Min. Ellen Gracie, DJ 20.6.2002 e Respe nº 19.442-ES, rel. Min Ellen Gracie, DJ 7.12.2001.

Pelo exposto, respondo afirmativamente à consulta.

EXTRATO DA ATA

Cta nº 877 - DF. Relator: Ministro Francisco Peçanha Martins..
Consulente: Mario Heringer, deputado federal.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, respondeu afirmativamente à consulta, nos termos do voto do relator.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes a Sra. Ministra Ellen Gracie, os Srs. Carlos Velloso, Barros Monteiro, Peçanha Martins, Fernando Neves, Fernando Neves, Luiz Carlos Madeira e o Dr. Geraldo Brindeiro, procurador-geral eleitoral.

SESSÃO DE 10.6.2003.